



## Mesa Redonda: “Limites e possibilidades de uma política pública de avaliação da educação profissional e tecnológica na perspectiva emancipatória”

29 de maio de 2015, das 10h15 às 12h15

### SISTEMATIZAÇÃO DE REGISTROS

#### OBJETIVOS:

- provocar o diálogo entre os sujeitos da educação profissional e tecnológica e o MEC;
- discutir os movimentos contraditórios existentes/ que empecilhos há em colocar a proposta em andamento;
- sistematizar propostas de encaminhamentos para implementação de um sistema de avaliação de cursos técnicos, em consonância com o PNE.

#### INOVAÇÕES:

- Objetos e indicadores de avaliação elaborados por e com as redes de instituições ofertantes
- Priorização da avaliação interna, como forma de estabelecimento de uma cultura avaliativa
- Articulação prévia com o INEP para a avaliação externa
- Previsão da avaliação de egressos

#### RELATO-SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES:

##### Gleivian Rodrigues (SENAI-DN)

- SENAI já trabalha com sistema de avaliação desde 2009
- Pesquisa de **egressos**: avaliação mais consolidada que havia
- Sistema que permite que a escola (comunidade escolar) avalie gestores e condições
- Construção de novo sistema, juntando isso tudo: SAEP
- Necessidade de avaliação de **todas as dimensões do sistema educacional**, e não apenas de uma delas: projetos de curso/ desenvolvimento de cursos/ desempenho do estudante (quando da conclusão do curso)/ acompanhamento de egressos
- **Participação** de todos os envolvidos (toda a **comunidade escolar**)
- Presença de **autoavaliação**
- Objetivos: construção de **indicadores**/ estabelecer **cultura de avaliação**/ transparência para a sociedade
- Proficiência e desempenho dos alunos concluintes: construção de **testes** com base na TRI/ **comparabilidade de resultados**/ **questionários** para alunos e gestores
- Escola como parceira na avaliação
- Perfil profissional, com habilidades e competências precisam ser desenvolvidas/ a partir disso, são elaboradas **matrizes de referência** para montagem das provas/ predomínio das capacidades técnicas
- Resultados organizados em níveis de desempenho
- Questionários para conhecer a vida dos alunos (perfil sócioacadêmico/ **fatores extraescolares**), as características físicas das escolas e **fatores intraescolares**
- **Resultados devem chegar à sala de aula**/ utilização dos resultados pela escola, para intervenções no processo educacional/ **traduzir essas informações em políticas**

- Criar canais de comunicação entre as dimensões para **contribuição na melhoria do processo**
- Desafio: não se consegue explicar a proficiência/ **adoção de perfil nacional que não é adequada a todos os estados/** articulação com o MEC e com outras instituições/ **tem todo interesse em que o MEC faça esse processo de avaliação nacional**, abandonando aquele que eles têm
- **A pesquisa de egressos inspirou o trabalho do SINAEP**

### **Josete Pereira e Jamile da Silva (IFC)**

- 66% dos cursos ofertados é de cursos técnicos
- Avaliação da EPT alinhada ao PNE: meta 11 (triplicar as matrículas em cursos técnicos de nível médio, assegurando a **qualidade da oferta**): como fazer isso em relação à qualidade
- **Discrepância entre matrizes curriculares**, na organização dos câmpus: foi preciso reorganizar tudo isso
- **Auditoria pedagógica**: avaliação dos cursos técnicos
- Objetivos: desafio maior nos cursos técnicos (**não havia nada a nível nacional**): avaliação, regulação e alinhamento; nos cursos superiores, foi o contrário porque já tem avaliação nacional
- Movimento começou em 2013 por conta da participação no trabalho na SETEC; aumento da expectativa internamente
- Sentiram necessidade de ter diagnóstico real: diversos movimentos internos (precisaram criar instrumento)
- Dimensões avaliadas: cursos; instituição; egressos (dificuldade para acompanhar); estudantes/ começaram pelos cursos, pelas dificuldades/ utilizaram o instrumento do SINAES
- Utilização da CPA para avaliação de cursos técnicos, que é que realiza avaliação dos cursos superiores/ por isso, buscaram diálogo com a auditoria
- Tiveram que se adequar ao modelo da auditoria, mas a auditoria teve que entender a atividade-fim da instituição, que é o ensino
- Começaram pelos cursos com maior número de vagas ofertadas (agropecuária)
- Definição de escopo:
  - indicadores do SINAEP;
  - solicitação de vários documentos a partir do trabalho do SINAEP
  - análise documental;
  - verificação *in loco* com docente, discente e coordenador de curso
- Aperfeiçoamento dos instrumentos
- Documentos:
  - solicitação de auditoria, que vai para os câmpus
  - orientação e instruções aos auditores (só o instrumento não dava conta)
- Instrumento de avaliação: dificuldade dos auditores em admitir conceito intermediário/ atende, não atende, atende parcialmente
- Documentos gerados:
  - **relatório preliminar**, um para cada campus, com constatação;
  - **relatório consolidado**, para a PROEN, com todos os câmpus e os encaminhamentos para ela;
  - **plano de providências**, inclusive com prazo de atendimento
- Só puderam fazer avaliação dos cursos por falta de pernas
- **(Possibilidade de avaliação progressiva de sistema interno de cada instituição)**

### **Nilva Schroeder (Setec/MEC)**

- Marcia Santos tratará mais de perto desse assunto no MEC, a partir do 2º semestre de 2015
- O tema tem de ser pensado em relação à toda a comunidade; não bastam bons questionários e mecanismos se não há objetivos claros na instituição, no processo ensino-aprendizagem; avaliação está sempre ligada a pessoas, a atividades humanas
- O desafio é conversar sobre um tema que, do ponto de vista do MEC, traz dificuldades grandes porque tem de estar vinculada às políticas públicas de EPT. As instituições têm necessidade de

realizar essas avaliações, mas isso está ligado às suas necessidades institucionais. Qualquer processo de gestão organizado pressupõe avaliação. Todas as instituições têm alguma forma de fazer avaliação. Mais técnica, mais ampla, mais participativa.

- Debate estrutural, ético e político quando falamos de sistema de avaliação da EPT, que dê conta do conjunto da EPT
- A EPT é, por concepção, muito ampla; vai dos FIC, passa pelos técnicos (educação básica, o que traz questões profundas), chegando aos cursos superiores, inclusive mestrado profissional
- Questão de âmbito sistêmico e sistemático; não pode ser episódico. Precisa repercutir nas práticas da instituição
- Hoje, no âmbito do MEC, existe o monitoramento e a avaliação de iniciativas e ações da EPT (conjunto de procedimentos para realizar esse monitoramento); instituições escolhidas por amostragem, com uma dupla de avaliadores
- Sistema de Avaliação da Educação Profissional: é preciso conhecer em que cenário, em que conjuntura se está; PNE dá metas específicas para a EPT
  - Necessidade e obrigatoriedade de colaboração federativa, envolvendo todas as redes de EPT;
  - Necessidade de integração das políticas educacionais, sociais e econômicas (importância de inserção socioprofissional); por isso, a importância de pensar no egresso
  - Aderência das ações, programas e projetos às demandas socioeducacionais e culturais locais e regionais;
  - Articulação entre os sistemas de ensino e as redes de educação;
  - Definição de indicadores de qualidade social (o nó começa aí: não temos consolidados e consensuados esses indicadores). É desafiador do ponto de vista técnico, sobretudo, do ponto de vista político, porque escolher indicadores significa dar o tom da avaliação.
  - Acesso, permanência e êxito e inserção sócioprofissional
- Princípios políticos pedagógicos:
  - Educação de qualidade
  - Elevação da escolaridade da população articulada à EPT
  - Pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania
- De qualidade estamos falando? Qualidade, em educação, tem de significar qualidade social: todo mundo que passa pela escola tem de aprender
- O que não caberia: não cabe uma avaliação que só preocupe com classificação e ranqueamento de instituições
- Proposta construída deve ir para discussão no 2ª semestre:
  - Princípios
  - Indicadores
  - Estrutura de governança e de execução (regime de colaboração)
- Plano de ações estruturantes para a concepção e implantação de um sistema de EPT
  - Aprimoramento dos processos de gestão das informações da EPT
  - SISTEC
  - Censo Educacional: aprimoramento na coleta dos dados no censo 2015 (FIC e EaD técnico estão contemplados)
  - Mapa da EPT
  - PNAD
  - Articulação entre sistemas
  - Mecanismos de disseminação de informações educacionais especializadas por segmentos: gestores de educação, instituições educacionais, pesquisador
  - Implementação de mecanismos permanentes de criação e aprimoramento dos indicadores educacionais
  - Necessidade de um número único de identificação dos estudantes (CPF): isso é uma dificuldade enorme hoje
  - Construir diretrizes operacionais para os cursos técnicos e para os cursos FIC

- Proposta: trabalho de disseminação do trabalho realizado em 2013/2014. Antes de ter decreto, é preciso que a cultura de avaliação ter avançado nas instituições, sob pena de o processo não andar. Vamos chegar ao documento formal no momento em que tivermos as instituições em sintonia com o papel da avaliação.

#### **Ubirajara Cabral Júnior (Faetec-RJ)**

- Formação inicial e continuada
- Auditoria e cultura de avaliação já existem
- Concepções: direito, bem público e questão de soberania; avaliação na perspectiva crítica e emancipatória; avaliação processual e dialógica; avaliação para verificação do direito à educação
- Temor com o que será feito com o resultado da avaliação: uso do resultado da avaliação; **a avaliação não é um fim em si mesmo**
- Avaliação da satisfação dos alunos em relação à gestão escolar (avaliação da instituição)
- As escolas recebem dados comparativos para possibilitar a intervenção
- Desafio da cultura organizacional, da ausência de cultura da avaliação
- Tudo pela sensibilização, pela persuasão, nada imposto
- Exame do Ensino Técnico – EFET: avaliação dos alunos em relação ao curso, na rede; análise comparativa entre as escolas; há convergência entre a administração, a gestão, e o desempenho dos estudantes?
  - Eixo gestão educacional: o desempenho dos alunos tem relação com a condução da gestão?
- O documento do SINAEP tem servido de base para a implementação de sistemas de avaliação da EPT em diversas instituições.
- SINAEP partiu das necessidades das redes.

#### **INTERLOCUÇÃO COM OS PARTICIPANTES:**

**Anna Catharina:** Fica feliz com os encaminhamentos propostos. Abrirá para falas. Destaca presença do Secretário da SETEC, Marcelo Feres.

**Ana Alice/ IFPE:** fica feliz em ver os avanços. A avaliação da EPT está prevista desde a LDB. Duas questões: como fica a avaliação dos cursos técnicos integrados? Não entra no SAEB, não entra em lugar nenhum. E a parte do Ensino Médio? Como está sendo pensada a avaliação? O documento-base está disponível? Como se pode ter acesso a ele?

**Marcelo/ IFF:** conceito de emancipação. Cita Marx. Como superar os desafios de integrar mais as redes? Como ofertar cursos de 160h, de 200h, que possam ir ao encontro da superação do desafio do trabalho como princípio educativo, da educação integral?

**Nilva:** redimensionamento do ensino médio tb trata subsídios/ base nacional comum. É preciso olhar para isso. É preciso pensar na particularidade dos cursos integrados. Haverá discussão sobre esse documento-base a partir do mês de julho, (planejamento estratégico do MEC foi divulgado no mês passado). Desafio é organizar os cursos FIC por itinerários formativos. Essa é uma medida que colocará esses cursos em lugar mais estratégico. Conjunto de ofertas muito expressivo, por conta do acordo de gratuidade mais bolsa-formação. São cursos de FIC que talvez, em outras épocas, tenham outro formato. Estamos qualificando a concepção desses cursos. Oferta da EPT articulada à EJA. Em todos os cursos, é possível fazer essa oferta. É preciso dialogar com instituições de EJA. É preciso compreender o contexto para ofertar os cursos mais pertinentes, de forma alinhada às demandas sociais. **Itinerário formativo e articulação com a EJA.**

**Adriana/IFG:** Avaliação está sendo pensada da mesma forma para esse público de EJA? Há especificidade, mas é preciso ter cuidado com uma possível exclusão.

**Tiago:** Avaliação do INEP e EaD. Avaliação do e-Tec. Como se dá a concepção da avaliação no âmbito dessas especificidades?

**Carlos Patrício/ IFPE:** Qual a estrutura e a participação da CPA do ensino superior no SINAEP? Quando se pensa dar início à operacionalização nesse processo?

**Assis/ IFPE** (Presidente da CPA) Democrático e participativo. Vários personagens estão envolvidos. A CPA surgiu a partir da luta pelo direito dos envolvidos na educação da escola de se autoavaliar. A CPA padece de inúmeras dificuldades de implementação de seu trabalho.

**Anna Catharina:** Já se despede. A relatoria será enviada posteriormente. As atribuições da CPA seriam ampliadas. Nilva diz que as instituições deveriam se apropriar de algumas coisas, com a construção de um decreto. Está feliz com os encaminhamentos dados pelo MEC na condução do processo.

**Nilva:** avaliação não pode ser uma medida de sentido burocrático, com uma motivação que vem de fora. Temos uma experiência exitosa no Brasil, que tem muito a nos ensinar, que é o SINAES. Sabemos dos problemas para conseguir construir uma CPA. Precisamos fazer a discussão de forma alargada sobre princípios e concepções. Avançar um tanto mais, de fazer as pessoas se engajarem para se apropriarem da proposta. Não se trata de afazer avaliações separadas em técnico e superior. Para EJA e EaD, é preciso também pensar nas particularidades. Aspectos próprios devem ser considerados. As instituições devem se apropriar dessa proposta. Ao longo do próximo semestre, será disseminado, afinar questões com o INEP, fazer discussões junto às instituições. 1º semestre de 2015, já ter desdobramentos possíveis. Não do conjunto, mas de alguma etapa desse processo. Quanto mais as instituições já se colocarem no exercício da avaliação, mais fácil e legítimo será o processo.

#### **PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS:**

Ao término do debate, registram-se, como principais encaminhamentos, as seguintes propositivas:

**1) Construção da agenda da política de EPT, com PRIORIDADES elencadas à luz do PNE, que são:** ampliar as matrículas de EJA nos ensinos fundamental e médio, na forma articulada à educação profissional; promover a expansão das matrículas da educação profissional e técnica de nível médio; ofertar 12 milhões de vagas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada no conjunto de iniciativas do Pronatec.

**2) Elaboração de um Plano de Ações estruturantes para a concepção e implantação de um sistema de avaliação da EPT, conforme se apresenta nos itens a seguir:**

a) Aprimoramento dos seguintes processos de gestão das informações da EPT que têm interface com a avaliação da EPT:

- Sistema Nacional de Informações da EPT (SISTEC)
- Censo Educacional; Mapa da EPT.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

b) Articulação entre sistemas (CadÚnico, Mais Emprego...).

c) Criação de mecanismos de disseminação de informações educacionais especializadas por segmentos: gestores de educação, instituições educacionais, pesquisador, educador, estudante, sociedade civil e organismos internacionais.

d) Implementação de mecanismos permanentes de criação e aprimoramento dos indicadores educacionais.

e) Promoção do uso, em todos os levantamentos estatísticos, de número único de identificação dos estudantes – Cadastro de Pessoa Física (CPF) -, de forma a viabilizar o acompanhamento de sua trajetória escolar.

f) Construção de diretrizes operacionais para os cursos técnicos.

g) Construção de diretrizes para os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (Cursos FIC).